

REQUERIMENTO DE LEITURA EM SESSÃO LEGISLATIVA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE - SP

Senhor Presidente,

Os cidadãos e cidadãs abaixo assinados, amparados pelos princípios fundamentais da Constituição Federal, especialmente no artigo 1º, parágrafo único, que estabelece que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, e nos direitos fundamentais assegurados nos artigos 5º, incisos IV, IX, XIV e XVI (liberdade de manifestação do pensamento, liberdade de expressão, acesso à informação e direito de reunião pacífica), vêm, por meio deste instrumento, manifestar sua legítima preocupação com os rumos da política pública local e com as decisões tomadas por esta Casa Legislativa.

É assegurado ao povo brasileiro, conforme os artigos 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, e 37, §3º da Constituição Federal, o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abusos de poder, bem como a possibilidade de participação popular na fiscalização da gestão pública.

A Lei Federal nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, reforça, em seu artigo 1º, a centralidade do cidadão na construção e controle das políticas públicas. Além disso, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) garante o pleno conhecimento das atividades exercidas pelos órgãos públicos, assegurando a transparência como princípio basilar da administração.

A participação cidadã em sessões legislativas e a manifestação crítica ou propositiva da sociedade civil são elementos centrais da democracia participativa. Nesse sentido, é importante frisar que o Supremo Tribunal Federal,

em diversas oportunidades, tem reafirmado a legitimidade da atuação cidadã no acompanhamento e questionamento de atos legislativos, a exemplo do Recurso Extraordinário nº 631.240/MG, que reforça a tese de que o acesso à informação e a liberdade de manifestação são essenciais à vida democrática.

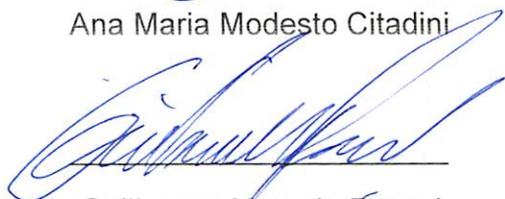
Dessa forma, os signatários reafirmam seu direito constitucional de acompanhar, fiscalizar e manifestar-se publicamente sobre os atos do Poder Legislativo Municipal, sem que isso seja interpretado como afronta, desrespeito ou tentativa de desordem institucional.

Diante do exposto, solicita-se que se faça a leitura deste documento na próxima Sessão Ordinária da Câmara Municipal, bem como seu registro em ata, como expressão legítima de defesa dos direitos constitucionais à liberdade de manifestação, participação política e controle social das ações do Poder Legislativo.

São Roque, 24 de abril de 2025



Ana Maria Modesto Citadini



Guilherme Macedo Pascal



Dalva Domingues de Oliveira



Rosana Ferreira Altafin

Dessa forma, tomada ciência da publicação no Diário Oficial, e visando assegurar o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme previsto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal, vem o signatário requerer a leitura integral deste documento na próxima sessão da Câmara Municipal, como forma de garantir a transparência e a participação cidadã nos assuntos de interesse público.